

**O PROBLEMA DA IDENTIDADE PESSOAL:
TRADUÇÃO DAS CRÍTICAS DE BUTLER E REID A LOCKE**

Tradução e notas

Flavio Fontenelle Loque

Universidade Federal de Itajubá – *campus* de Itabira

E-mail: flavioloque@yahoo.com

1 Introdução

Um dos maiores legados do *Ensaio sobre o entendimento humano* diz respeito ao problema da identidade pessoal. Em claro contraste tanto com a escolástica quanto com o cartesianismo, a posição de John Locke (1632-1704) a esse respeito consiste em defender uma concepção de pessoa centrada na noção de consciência. Desenvolvida no capítulo *Da Identidade e da diversidade* na segunda edição da obra, datada de 1694, essa posição de Locke foi alvo de inúmeras críticas entre as quais se destacam as objeções da circularidade e da transitividade. As primeiras formulações dessas objeções se devem, num caso, a John Sergeant (1623-1707) e a Henry Lee (†1713) e, no outro, a George Berkeley (1685-1753) e ao autor anônimo do *Ensaio sobre identidade pessoal* (1769), mas é bastante comum elas serem apresentadas nas versões feitas, respectivamente, por Joseph Butler (1692-1752) na *Analogia da religião* (1736) e por Thomas Reid (1710-1796) nos *Ensaaios sobre os poderes intelectuais do homem* (1785).

No caso da *Analogia da religião*, Butler se dedica abertamente à identidade pessoal num dos apêndices à obra, identificado como primeira dissertação e intitulado *Da Identidade pessoal*. Já os *Ensaaios sobre os poderes intelectuais do homem* abordam o problema da identidade em diferentes capítulos, um dos quais voltado exclusivamente à crítica a Locke: o capítulo seis, *Da explicação do Sr. Locke de nossa identidade pessoal*, do terceiro ensaio, *Da Memória*. Como se verá a seguir, a objeção da circularidade se encontra nos dois textos; a da transitividade, apenas no de Reid. Há ainda em ambos, contudo, outras críticas a Locke.

Ao que parece, nenhum desses dois textos possui tradução para o português, exceto por uma versão não publicada do *Da Identidade Pessoal* feita por Renato Duarte Fonseca, a qual se encontra disponível em sua página na plataforma academia.edu (acesso: 18 de setembro de 2020). Na ausência de uma edição crítica da obra *Analogia da Religião*, a presente tradução se baseou em *The Works of the Right Reverend Father in God Joseph Butler* (New York: Robert Carter, 1842). No caso de Reid, partiu-se da edição de referência editada por D. Brookes: *Essays on the Intellectual Powers of Man* (Edinburgh: Edinburgh University Press, 2002). Nas notas de rodapé, E, II.xxvii refere-se ao capítulo vinte e sete do livro dois do *Ensaio sobre o entendimento humano*, isto é, ao capítulo *Da Identidade e da diversidade*, do qual uma tradução foi publicada num número anterior da *Sképsis* (ano 8, n. 12 (2015) p. 169-188). Nas remissões a E, II.xxvii, o algarismo em arábico que se segue aos romanos em letras minúsculas indica a seção do capítulo. Agradeço ao Vinícius França Freitas as sugestões à tradução.

2 Tradução de Butler

ANALOGIA DA RELIGIÃO

JOSEPH BUTLER

Dissertação I: *Da identidade pessoal*

Se haveremos de viver num estado futuro, assim como essa é a questão mais importante que possivelmente pode ser feita, ela é também a mais inteligível que pode ser expressa na linguagem. Entretanto, estranhos paradoxos foram levantados sobre o significado da identidade ou mesmidade da pessoa que está implicada na noção de nosso viver agora e depois ou em quaisquer dois momentos sucessivos. A solução para essas dificuldades tem sido mais estranha do que as próprias dificuldades, pois a identidade pessoal foi explicada por alguns¹ de modo a tornar a investigação sobre a vida futura de absolutamente nenhuma consequência para nós, as pessoas que a fazem. E, embora poucos homens possam ser enganados por essas sutilizações, pode ser apropriado, entretanto, analisá-las um pouco.

Com efeito, quando se pergunta em que a identidade pessoal consiste, a resposta deveria ser a mesma, caso se perguntasse em que consiste a similitude ou a igualdade: todas as tentativas de defini-la acabam apenas por causar confusão. Entretanto, não há absolutamente dificuldade alguma em definir a ideia, pois, assim como de dois triângulos sendo comparados ou vistos juntos surge para a mente a ideia de similitude; ou de dois vezes dois e quatro, a ideia de igualdade; do mesmo modo, comparando-se a consciência² de si mesmo ou a própria existência em quaisquer dois momentos, daí de modo igualmente imediato surge para a mente a ideia de identidade pessoal. E, assim como as duas comparações anteriores não somente nos dão as ideias de similitude e de igualdade, mas também nos mostram que dois triângulos são parecidos e que dois vezes dois e quatro são iguais, do mesmo modo a última comparação não somente nos dá a ideia de identidade pessoal, mas também nos mostra a identidade de nós mesmos naqueles dois momentos: o presente, supõe-se, e aquele imediatamente passado; ou o presente e aquele um mês, um ano ou vinte anos atrás. Noutras palavras, refletindo sobre aquilo que é meu eu agora e aquilo que foi meu eu vinte anos atrás, constato que não são dois, mas um único e o mesmo eu.

Contudo, embora a consciência do que se passou de fato ateste [*ascertain*] assim nossa identidade pessoal para nós mesmos, dizer que ela faz [*makes*] a identidade pessoal ou que é necessária para que sejamos as mesmas pessoas, entretanto, é dizer que uma pessoa não existiu um único momento, nem realizou ação alguma, senão o que pode lembrar; efetivamente, coisa alguma, exceto aquilo sobre o que reflete. Deve-se realmente considerar autoevidente que a consciência da identidade pessoal pressupõe e, portanto, não pode constituir [*constitute*] a identidade pessoal mais do que o conhecimento, em qualquer caso, pode constituir a verdade, que ele pressupõe.³

¹ Alusão a Anthony Collins (1676-1729), que tem uma de suas obras na controvérsia com Samuel Clarke (1675-1729) citada adiante.

² Na edição da *Analogia da Religião* elaborada por W. E. Gladstone (*The Works of Joseph Butler* Oxford: Clarendon Press, 1986. v. I, p. 388), lê-se “as consciências”.

³ Essa é a objeção da circularidade, cujo cerne consiste em sustentar que a consciência não constitui, mas pressupõe a identidade pessoal.

Esse erro impressionante possivelmente pode ter surgido disto: ser dotado de consciência é inseparável da ideia de pessoa ou ser inteligente, pois isso pode ser expresso imprecisamente assim: a consciência faz a personalidade e, a partir disso, pode-se vir a concluir que ela faz a identidade pessoal. Contudo, embora a consciência presente do que no presente fazemos e sentimos seja necessária para sermos as pessoas que somos agora, ainda assim, a consciência presente de ações ou sensações passadas não é necessária para sermos as mesmas pessoas que realizaram aquelas ações ou tiveram aquelas sensações.

A investigação sobre o que faz os vegetais os mesmos, na acepção comum da palavra, não parece ter qualquer relação com esta sobre a identidade pessoal porque a palavra *mesmo*, quando aplicada a eles e à pessoa, não é somente aplicada a diferentes substratos, mas é também usada em diferentes sentidos. Quando um homem jura que uma mesma árvore permaneceu cinquenta anos no mesmo lugar, ele quer dizer a mesma somente quanto a todos os propósitos da propriedade e usos da vida comum e não que a árvore permaneceu todo esse tempo a mesma no sentido filosófico estrito da palavra, pois ele não sabe se cada partícula da árvore presente é a mesma que cada partícula da árvore que estava de pé no mesmo lugar cinquenta anos atrás. Se elas não tiverem uma única partícula comum da matéria, elas não podem ser a mesma árvore no sentido filosófico apropriado da palavra *mesmo*. Evidentemente, é uma contradição em termos dizer que são, quando nenhuma parte de suas substâncias e nenhuma de suas propriedades é a mesma: nenhuma parte de suas substâncias, por suposição; nenhuma de suas propriedades, porque se concede que a mesma propriedade não pode ser transferida de uma substância para outra. Portanto, quando dizemos que a identidade ou a mesmidade de uma planta consiste na continuidade da mesma vida transmitida, sob a mesma organização, para um número de partículas da matéria, independentemente se as mesmas ou não, a palavra *mesmo*, quando aplicada à vida e à organização, não pode de modo algum ser compreendida como significando o que significa nessa mesma sentença quando aplicada à matéria. Num sentido lato e popular, então, a vida e a organização e a planta são com justiça ditas ser a mesma, não obstante a perpétua mudança das partes, mas, numa maneira de falar estrita e filosófica, nenhum homem, nenhum ser, nenhum modo de ser, coisa alguma pode ser a mesma que aquela com a qual de fato não tem nada de mesmo. Com efeito, mesmidade é usada nesse último sentido quando é aplicada a pessoas. A identidade destas, portanto, não pode subsistir com diversidade de substância.

A coisa considerada aqui e demonstrativamente, penso eu, determinada foi proposta pelo Sr. Locke nestas palavras: *isso*, isto é, o mesmo eu ou pessoa, *é a mesma substância idêntica?* E ele sugeriu o que é uma resposta muito melhor para a questão do que aquela que ele oferece formalmente, pois ele define pessoa, *um ser pensante inteligente* etc., e identidade pessoal, *a mesmidade do ser racional*.⁴ A questão então é se o mesmo ser racional é a mesma substância, o que não precisa de resposta, porque ser e substância, nesse lugar, representam a mesma ideia. O fundamento da dúvida, se a mesma pessoa é a mesma substância, é dito ser este: a consciência de nossa própria existência, na juventude e na velhice ou em quaisquer dois momentos sucessivos adjacentes, não é a *mesma ação individual*,⁵ isto é, não é a mesma consciência, mas consciências sucessivas diferentes. Com efeito, é estranho que isso devesse ocasionar aqueles paradoxos, pois é seguramente concebível que uma pessoa pode ter uma capacidade de saber que um ou outro objeto é o mesmo agora

⁴ *Works* de Locke, vol. I, p. 146. (Nota de Butler.) A nota remete às *Obras de John Locke*, compilação que teve diferentes edições ao longo do século XVIII. Como a *Analogia da Religião* data de 1736, Butler pode ter utilizado a primeira edição (1714), a segunda (1722) ou a terceira (1727). Todas têm a mesma paginação. Nessa passagem, a referência diz respeito a E, II.xxvii.9.

⁵ Locke, pp. 146, 147. (Nota de Butler.) Cf. E, II.xxvii.10.

que ele foi quando ela o contemplou anteriormente. Ainda assim, nesse caso, no qual, por suposição, o objeto é percebido como o mesmo, a percepção dele em quaisquer dois momentos não pode ser uma única e a mesma percepção. Logo, embora as consciências sucessivas que temos de nossa própria existência não sejam a mesma, ainda assim, elas são consciência de uma única e mesma coisa ou objeto: da mesma pessoa, eu ou agente vivo. A pessoa, de cuja existência a consciência é agora sentida e foi sentida uma hora ou um ano atrás, é constatada como sendo não duas pessoas, mas uma única e mesma pessoa; e, portanto, é uma única e a mesma.

As observações do Sr. Locke sobre esse tema parecem apressadas e ele parece se revelar insatisfeito com algumas suposições que fez com relação a esse tema.⁶ Contudo, algumas dessas observações apressadas foram levadas a uma estranha dimensão por outros, cuja noção, quando remontada e examinada até o fundo, resume-se, penso eu, a isto:⁷ “a personalidade não é uma coisa permanente, mas transiente; ela vive e morre, começa e termina continuamente; ninguém pode permanecer a única e mesma pessoa em dois momentos contíguos mais do que dois momentos sucessivos podem ser o único e mesmo momento; nossa substância está de fato continuamente mudando, mas, se isso é ou não assim, isso nada importa, parece, para a questão, já que não é uma substância, mas somente a consciência, que constitui a personalidade; consciência que, sendo sucessiva, não pode ser a mesma em dois momentos quaisquer, nem consequentemente a personalidade constituída por ela”. Disso tem de se seguir que é uma falácia sobre nós responsabilizar nossos eus presentes por algo que fizemos ou imaginar nossos eus presentes interessados em algo que nos aconteceu ontem; ou que nosso eu presente estará interessado no que nos acontecerá amanhã, já que nosso eu presente não é, na realidade, o mesmo eu de ontem, mas outro eu ou pessoa parecida entrando em seu lugar e tomada erroneamente por ela, à qual outro eu sucederá amanhã. Isso, digo eu, tem de se seguir, pois, se o eu ou pessoa de hoje e aquela de amanhã não são a mesma, mas somente pessoas parecidas, a pessoa de hoje não está realmente interessada no que acontecerá à pessoa de amanhã mais do que no que acontecerá a qualquer outra pessoa. Talvez se possa pensar que essa não é uma representação justa da opinião de que estamos falando, porque aqueles que a sustentam admitem que uma pessoa é a mesma tanto quanto sua lembrança alcança. E, efetivamente, eles de fato usam as palavras *identidade e mesma pessoa*. A linguagem não permitirá que essas palavras sejam postas de lado, pois, se o forem, deverá haver não sei que ridícula perífrase colocada no lugar delas. Contudo, eles não podem, consistentemente consigo mesmos, querer dizer que a pessoa é realmente a mesma, pois é autoevidente que a personalidade não pode ser realmente a mesma, se, como eles expressamente afirmam, aquilo em que ela consiste não é o mesmo. Tal como, consistentemente consigo mesmos, eles não podem, assim também parece, penso eu, que eles não querem dizer que a pessoa é *realmente* a mesma, mas somente que o é num sentido fictício, num sentido que só eles afirmam, pois isto eles de fato afirmam: que qualquer número de pessoas pode ser a mesma pessoa. A mera explicação dessa noção e sua exposição assim nua e aberta parece a melhor confutação dela. Entretanto, como se diz que uma grande ênfase é colocada nela, acrescento as seguintes coisas.

⁶ Locke, p. 152. (Nota de Butler.) Cf. E, II.xxvii.27.

⁷ Veja-se *An Answer to Dr. Clarke's Third Defence of his Letter to Mr. Dodwell*, 2ª ed., pp. 44, 56, etc. (Nota de Butler.) Butler remete a uma obra publicada originalmente em 1708 por Anthony Collins na controvérsia com Samuel Clarke a propósito da possibilidade de haver uma matéria pensante. A controvérsia se desenvolveu entre 1706 e 1708 a partir da publicação, em 1706, de *Um Discurso Epistolar*, obra em que Henry Dodwell (1641-1711) defende a mortalidade natural da alma humana a partir das Escrituras e de textos dos Pais da Igreja. Para um panorama dessa polêmica e de sua relação com as críticas de Butler a Locke, cf. Uzgalis, W. Anthony Collins on the emergence of consciousness and personal identity *Philosophy Compass* 4/2 (2009) p. 363-379.

Em primeiro lugar, essa noção é absolutamente contraditória com aquela convicção certa que necessariamente e a cada momento surge em nós, quando voltamos nossos pensamentos sobre nós mesmos, quando refletimos sobre o que é passado e esperamos o que está por vir. Toda imaginação de uma mudança diária daquele agente vivo que cada homem chama de si mesmo para outro ou de qualquer mudança como essa ao longo de toda nossa vida presente é inteiramente eliminada pelo nosso sentido natural das coisas. Não é possível para uma pessoa sensata alterar sua conduta com respeito à sua saúde ou afazeres a partir de uma suspeita de que, embora deva viver amanhã, não será, entretanto, a mesma pessoa que é hoje. Ainda assim, se for razoável agir com respeito à vida futura com base nessa noção de que a personalidade é transitente, é razoável agir com base nela com respeito ao presente. Há então aqui uma noção igualmente aplicável à religião e a nossas preocupações temporais; e todo mundo vê e sente o absurdo inexprimível dela no último caso. Se, portanto, alguém pode assumi-la no primeiro, isso não pode provir da razão da coisa, mas tem de dever-se a uma injustiça interior e a uma corrupção secreta do coração.

Em segundo lugar, não é uma ideia ou noção abstrata ou qualidade, mas somente um ser, que é capaz de vida e ação, de felicidade e miséria. Com efeito, todos os seres reconhecidamente continuam os mesmos durante todo o tempo de sua existência. Consideremos então um ser vivo existindo agora e que tem existido vivo por algum tempo. Esse ser vivo tem de ter feito, sofrido e desfrutado aquilo que ele fez, sofreu e desfrutou anteriormente (esse ser vivo, digo eu, e não outro) de forma tão real quanto ele faz, sofre e desfruta o que faz, sofre e desfruta neste instante. Todas essas ações, deleites e sofrimentos sucessivos são ações, deleites e sofrimentos do mesmo ser vivo. E o são de maneira anterior a toda consideração de suas lembranças ou esquecimentos, já que lembrar-se ou esquecer-se não pode provocar alteração alguma na verdade de uma questão de fato passada. Suponhamos que esse ser esteja dotado com poderes limitados de conhecimento e memória. Não há dificuldade em concebê-lo como tendo um poder de conhecer a si como o mesmo ser vivo que era algum tempo atrás, de lembrar alguns de seus sofrimentos, deleites e ações, de esquecer outros mais do que em concebê-lo como conhecendo ou lembrando ou esquecendo qualquer outra coisa.

Em terceiro lugar, toda pessoa está consciente de que é agora a mesma pessoa ou eu que era tanto quanto sua lembrança alcança, já que, quando qualquer um reflete sobre uma ação passada dele próprio, ele está tão certo da pessoa que realizou aquela ação, a saber, ele mesmo, a pessoa que agora reflete sobre ela, quanto está certo de que a ação foi completamente realizada. De fato, com muita frequência a segurança de uma pessoa de que uma ação foi realizada, da qual ela está absolutamente segura, provém inteiramente da consciência de que ela mesma a realizou. E esse ele, pessoa ou eu tem de ser ou uma substância ou a propriedade de alguma substância. Se ele, se pessoa, for uma substância, então a consciência de que ele é a mesma pessoa é a consciência de que ele é a mesma substância. Se a pessoa ou ele for a propriedade de uma substância, a consciência de que é a mesma propriedade é ainda uma prova tão certa de que sua substância permanece a mesma quanto a consciência de que ele permanece a mesma substância seria, já que a mesma propriedade não pode ser transferida de uma substância para outra.

Contudo, embora estejamos assim certos de que somos os mesmos agentes, seres vivos ou substâncias agora que éramos tanto quanto nossa lembrança alcança, ainda assim, pergunta-se: não podemos possivelmente estar enganados nisso? Essa questão pode ser feita no final de qualquer demonstração porque é uma questão acerca da verdade da percepção pela memória. Quem pode duvidar se nesse caso se pode depender de uma percepção pela memória também pode duvidar se se pode depender da percepção pela dedução e pelo raciocínio, que também inclui a memória, ou se se pode depender inclusive da percepção intuitiva. Aqui então não se pode ir

adiante, pois é ridículo tentar provar a verdade daquelas percepções cuja verdade não podemos provar de outro modo senão por outras percepções exatamente do mesmo tipo delas e das quais há exatamente o mesmo fundamento para suspeitar; ou tentar provar a verdade de nossas faculdades, que não pode ser provada de outro modo senão pelo uso ou por intermédio daquelas mesmas faculdades muito suspeitas.

3 Tradução de Reid

ENSAIOS SOBRE OS PODERES INTELECTUAIS DO HOMEM

THOMAS REID

Ensaio III: *Da Memória*

Capítulo VI: *Da explicação do Sr. LOCKE de nossa identidade pessoal*

Num longo capítulo sobre identidade e diversidade, o Sr. LOCKE fez várias observações sagazes e justas, mas algumas que, penso eu, não podem ser defendidas. Irei tratar somente da explicação que ele dá de nossa identidade pessoal. Sua doutrina sobre esse assunto foi criticada pelo bispo BUTLER num curto ensaio acrescido à sua *Analogia*,⁸ com cujos pensamentos concordo perfeitamente.

Identidade, como observado no capítulo 4 deste *Ensaio*, supõe a existência contínua do ser do qual é afirmada e, portanto, só pode ser aplicada a coisas que têm uma existência contínua.⁹ Enquanto qualquer ser continua a existir, ele é o mesmo ser, mas dois seres que têm um início diferente ou um fim diferente de existência não podem de modo algum ser o mesmo. Com isso, penso eu, o Sr. LOCKE concorda.¹⁰

Ele observa com muita justiça que, para saber o que significa a mesma pessoa, devemos considerar o que a palavra *pessoa* representa; e ele define pessoa como um ser inteligente dotado de razão e de consciência, esta última, pensa ele, inseparável do pensamento.¹¹

Dessa definição de pessoa deve necessariamente seguir-se que, enquanto o ser inteligente continua a existir e a ser inteligente, ele deve ser a mesma pessoa. Dizer que o ser inteligente é a pessoa e, ainda assim, que a pessoa deixa de existir enquanto o ser inteligente continua ou que a pessoa continua enquanto o ser inteligente deixa de existir é, para a minha compreensão, uma manifesta contradição.

⁸ Trata-se da dissertação I, *Da Identidade Pessoal*, que figura como um apêndice à obra *Analogia da Religião* (1736).

⁹ No referido capítulo 4, intitulado *Da Identidade*, Reid afirma: “Vejo com evidência que a identidade supõe uma continuidade ininterrupta da existência. O que deixou de existir não pode ser o mesmo que aquilo que posteriormente começou a existir, pois isso seria supor que um ser exista depois de ter deixado de existir e que tenha tido uma existência antes de ter sido produzido, o que são contradições manifestas. Uma existência contínua ininterrupta, portanto, está necessariamente pressuposta na identidade.” (Reid, 2002, p. 263).

¹⁰ Cf. E, II.xxvii.1.

¹¹ Nos termos de Locke: “*Pessoa*, penso eu, é um ser pensante inteligente que tem razão e reflexão e que pode considerar a si mesmo como si mesmo [*it self as it self*], a mesma coisa pensante em diferentes tempos e lugares, o que é feito somente pela consciência, que é inseparável do pensamento e, como me parece, lhe é essencial” (E, II.xxvii.9).

Poder-se-ia pensar que a definição de pessoa deveria perfeitamente determinar a natureza da identidade pessoal ou aquilo em que ela consiste, embora talvez continue sendo uma questão a maneira como chegamos a conhecer e a estar seguros de nossa identidade pessoal.

O Sr. LOCKE nos diz, contudo, “que a identidade pessoal, isto é, a mesmidade do ser racional consiste somente na consciência e que a identidade de uma pessoa tem um alcance tão grande quanto a consciência puder ser estendida retrospectivamente a uma ação ou pensamento do passado. Assim, o que quer que tenha consciência de ações presentes e passadas é a mesma pessoa a quem elas pertencem”.¹²

Essa doutrina tem algumas consequências estranhas das quais o autor estava ciente. Por exemplo, se a mesma consciência pode ser transferida de um ser inteligente para outro, o que ele pensa que nós não podemos mostrar ser impossível, então dois ou vinte seres inteligentes podem ser a mesma pessoa. Se o ser inteligente pode perder a consciência das ações feitas por ele, o que seguramente é possível, então ele não é a pessoa que fez aquelas ações, de modo que um ser inteligente pode ser duas ou vinte pessoas diferentes, se vier a perder com tal frequência a consciência de suas ações passadas.

Há uma outra consequência dessa doutrina que se segue não menos necessariamente, embora o Sr. LOCKE provavelmente não a tenha visto. É que um homem pode ser, e ao mesmo tempo não ser, a pessoa que realizou uma ação particular.

Suponha um oficial corajoso que tenha sido castigado quando menino na escola por ter roubado um pomar, que tenha tomado um estandarte do inimigo em sua primeira campanha e que tenha sido mais tarde promovido a general. Suponha também, o que se deve admitir como possível, que, quando tomou o estandarte, ele estava consciente de ter sido castigado na escola e que, quando foi promovido a general, estava consciente de ter tomado o estandarte, mas havia perdido completamente a consciência de seu castigo.

Supondo-se essas coisas, segue-se da doutrina do Sr. LOCKE que aquele que foi castigado na escola é a mesma pessoa que tomou o estandarte e que aquele que tomou o estandarte é a mesma pessoa que foi promovida a general. Disso se segue, se há alguma verdade na lógica, que o general é a mesma pessoa que aquele que foi castigado na escola. Contudo, a consciência do general não retroage ao seu castigo; logo, de acordo com a doutrina do Sr. LOCKE, ele não é a pessoa que foi castigada. Portanto, o general é e ao mesmo tempo não é a mesma pessoa que aquele que foi castigado na escola.¹³

Deixando as consequências dessa doutrina para aqueles que têm tempo livre para averiguá-las, podemos observar, com relação à doutrina em si:

Em primeiro lugar, que o Sr. LOCKE atribui à consciência a convicção que temos de nossas ações passadas, como se um homem pudesse agora estar consciente do que fez vinte anos atrás. É impossível entender o significado disso, a menos que por consciência se queria dizer memória, a única faculdade pela qual temos conhecimento imediato de nossas ações passadas.

¹² Reid usa aspas, mas a passagem não constitui uma citação literal de E, II.xxvii.9.

¹³ No manuscrito 2131/6/III/5, 2, Reid afirma que obteve esse argumento de seu amigo George Campbell, presumivelmente numa conversa privada ou correspondência. (Nota do editor D. Brookes). Trata-se aqui da objeção da transitividade, que busca mostrar, por um lado, que o menino, o oficial corajoso e o general são a mesma pessoa (se $M = OC$ e $OC = G$; logo, $M = G$), mas que, por outro, o menino e o general não são a mesma pessoa ($M \neq G$), já que o general não se recorda do castigo sofrido pelo menino.

Às vezes, em linguagem popular, um homem diz que está consciente de que fez uma determinada coisa, querendo dizer que ele se lembra com distinção de que a fez. É desnecessário, no discurso comum, fixar precisamente os limites entre consciência e memória. Mostrou-se anteriormente ser esse o caso com relação aos sentidos e à memória. Portanto, a lembrança distinta é às vezes chamada de sentido, às vezes de consciência sem qualquer inconveniente.

Contudo, isso deve ser evitado na filosofia, senão confundimos os diferentes poderes da mente e atribuímos a um o que realmente pertence a outro. Se um homem pode estar consciente do que fez vinte anos ou vinte minutos atrás, não há utilidade para a memória, nem devemos admitir que exista uma tal faculdade. As faculdades da consciência e memória são distinguidas principalmente por isto: a primeira é um conhecimento imediato do presente; a segunda, um conhecimento imediato do passado.

Quando, portanto, a noção de identidade pessoal do Sr. LOCKE é expressa propriamente, ela é esta: a identidade pessoal consiste numa lembrança distinta, pois, mesmo no sentido popular, dizer que estou consciente de uma ação passada nada mais significa senão que eu lembro distintamente que a realizei.

Em segundo lugar, pode-se observar que, nessa doutrina, não somente a consciência é confundida com a memória, mas, o que é ainda mais estranho, a identidade pessoal é confundida com a prova que temos de nossa identidade pessoal.

É bastante verdadeiro que minha lembrança de que fiz uma determinada coisa é a prova que tenho de que sou idêntico à pessoa que a fez. E é isso, tendo eu a pensar, que o Sr. LOCKE quis dizer. Contudo, dizer que minha lembrança de que realizei uma determinada coisa, ou minha consciência, me faz [*makes*] a pessoa que a realizou é, na minha compreensão, um absurdo demasiado grosseiro para ser mantido por qualquer homem que se atente ao significado disso, pois é atribuir à memória ou à consciência um estranho poder mágico de produzir [*of producing*] seu objeto, embora esse objeto tenha de existir antes da memória ou da consciência que o produziu.

A consciência é o testemunho de uma faculdade; a memória é o testemunho de outra faculdade. Dizer que o testemunho é a causa da coisa testemunhada, isso é seguramente um absurdo, se algo o for, e não poderia ter sido dito pelo Sr. LOCKE, se ele não tivesse confundido o testemunho com a coisa testemunhada.

Quando um cavalo roubado é encontrado e reivindicado pelo seu proprietário, a única prova que ele pode ter, ou que um juiz ou uma testemunha pode ter, de que é o mesmo idêntico cavalo que era de sua propriedade é a similitude. Contudo, não seria ridículo inferir a partir disso que a identidade de um cavalo consiste somente na similitude? A única prova que tenho de que sou idêntico à pessoa que realizou determinadas ações é que eu lembro distintamente que as realizei; ou, como o Sr. LOCKE se expressa, que estou consciente de que as realizei. Inferir a partir disso que a identidade pessoal consiste na consciência é um argumento que, se tivesse alguma força, provaria que a identidade de um cavalo roubado consiste somente na similitude.

Em terceiro lugar, não é estranho que a mesmidade ou a identidade de uma pessoa consista em algo que está continuamente mudando e que não é o mesmo a cada dois minutos?

Nossa consciência, nossa memória e toda operação da mente estão constantemente fluindo como a água de um rio ou como o próprio tempo. A consciência que tenho nesse momento não pode ser a mesma consciência que tive no último momento mais do que esse momento pode ser o último momento. A identidade só pode ser afirmada de coisas que têm uma existência contínua. A

consciência, e todo tipo de pensamento, é transiente e momentânea, e não tem existência contínua; portanto, se a identidade pessoal consistisse na consciência, disso certamente se seguiria que nenhum homem é a mesma pessoa a cada dois momentos da sua vida; e, como o direito e a justiça da recompensa e da punição se fundam na identidade pessoal, nenhum homem poderia ser responsável por suas ações.¹⁴

Contudo, embora eu tome isso como a consequência inevitável da doutrina do Sr. LOCKE sobre a identidade pessoal e embora algumas pessoas possam ter gostado mais da doutrina por causa disso, estou longe de imputar algo desse tipo ao Sr. LOCKE. Ele era um homem muito bom para não ter rejeitado com aversão uma doutrina que ele acreditasse implicar essa consequência.

Em quarto lugar, há muitas expressões usadas pelo Sr. LOCKE ao falar da identidade pessoal que, para mim, são completamente ininteligíveis, a menos que suponhamos que ele confundiu aquela mesmidade ou identidade, que atribuímos a um indivíduo, com a identidade que, na linguagem comum, é frequentemente atribuída a vários indivíduos da mesma espécie.

Quando dizemos que dor e prazer, consciência e memória, são as mesmas em todos os homens, essa mesmidade só pode significar similaridade ou mesmidade de tipo; mas, que a dor de um homem possa ser a mesma dor individual de um outro homem, isso não é menos impossível do que um homem ser um outro homem; a dor sentida por mim ontem não pode ser a dor sentida por mim hoje mais do que ontem pode ser o dia de hoje; e a mesma coisa pode ser dita de toda paixão e de toda operação da mente. O mesmo tipo ou espécie de operação pode ocorrer em diferentes homens ou num mesmo homem em tempos diferentes, mas é impossível que a mesma operação individual venha a ocorrer em homens diferentes ou num mesmo homem em tempos diferentes.

Quando, portanto, o Sr. LOCKE fala da “mesma consciência sendo mantida numa sucessão de substâncias diferentes”; quando ele fala de “repetir a ideia de uma ação passada com a mesma consciência que tivemos dela originalmente” e da “mesma consciência se estendendo a ações passadas e vindouras”,¹⁵ essas expressões são ininteligíveis para mim, a menos que ele queira dizer não a mesma consciência individual, mas uma consciência que é similar ou do mesmo tipo.

Se nossa identidade pessoal consistisse na consciência, como essa consciência não pode ser a mesma individualmente em dois momentos, mas somente do mesmo tipo, disso se seguiria que não somos, a cada dois momentos, as mesmas pessoas individuais, mas o mesmo tipo de pessoas.

Como nossas consciências às vezes deixam de existir, como no sono profundo, nossa identidade pessoal deve cessar com isso. O Sr. LOCKE admite que a mesma coisa não pode ter dois inícios de existência, de modo que nossa identidade estaria irrevogavelmente perdida toda vez que deixamos de pensar, mesmo que por um momento.

¹⁴ No capítulo 4, *Da Identidade*, mencionado anteriormente, Reid afirma: “A identidade de uma pessoa é uma identidade perfeita; sempre que for real, não admite graus; é impossível que uma pessoa seja em parte a mesma e em parte diferente; porque uma pessoa é uma *mônada* e não é divisível em partes. (...) Quando aplicada a pessoas, identidade não possui ambiguidade e não admite graus ou mais e menos. Ela é o fundamento de todos os direitos e obrigações e de toda a responsabilidade; sua noção é fixa e precisa.” (Reid, 2002, p. 265, 267)

¹⁵ Reid mais uma vez usa aspas, mas novamente não se trata de citações literais. As passagens remetem a E, II.xxvii.10.